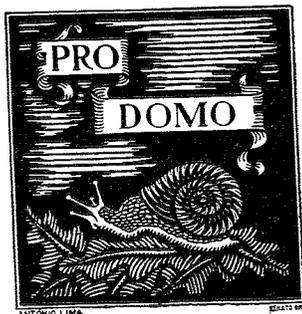


CULTURA POLITICA

AS  
IDÉIAS POLÍTICAS  
DE  
GIL VICENTE

POR

F. E. DE TEJADA SPÍNOLA



P R O D O M O — L I S B O A

JUIZOS AUTORIZADOS A PROPÓSITO

de «LAS DOCTRINAS POLITICAS  
EN PORTUGAL» (edad media)

DO MESMO AUTOR

«Não ocultaremos aos leitores a satisfação sentida pela leitura destas páginas. OA. não nos apresenta, apenas, um amontoado de factos ou idéias respigadas em documentos, ressumando antiguidade; brinda-nos um livro erudito com um sabor delicioso das nossas crónicas. O interesse da leitura vai crescendo, porque o ilustre catedrático salmantino, amicíssimo de Portugal, é profundo e ponderado nos seus juizos críticos. Baseia-se nas fontes originais, apresentando aqui e além, documentos inéditos. Compulsando escritos latinos, e alemães, ingleses e portuguezes, fá-lo com a segurança de quem possui integralmente esses idiomas, e a sua literatura. Conhecedor invulgar das instituições da Idade-Média, relaciona qualquer idéia nova ou escola definida do Portugal medieval com as idéias e escolas da época...» —

DR. JOAQUIM DOMINGUES

«A generalidade dos nossos escritores e até os especializados em leitura de história política, encontrarão no trabalho do catedrático espanhol algumas novidades de interesse palpitante, e, entre elas, a esplanção da influência do lulismo que foi mais larga do que o tinham verificado Sousa Viterbo e Teófilo Braga, embora este já attribuisse a Raimundo Lulio, no século XV, decisivo predomínio.

.....  
— «... consideramos o livro do Dr. Tejada um trabalho de assinalado mérito. São notáveis as revelações que nos trouxe acerca da nossa consciência política na Idade-Média, já reconhecidas também pelos Professores Paulo Mereia e Joaquim de Carvalho».

DR. HIPÓLITO RAPOSO

# CULTURA POLÍTICA

**9**

AS IDEIAS POLÍTICAS  
DE GIL VICENTE

## DO AUTOR:

- 1 — *Notas para una teoría del Estado según nuestros autores clásicos (siglos XVI y XVII)*. Sevilla, 1937. 181 págs.
- 2 — *Sobre Derecho Social*. Nas «*Notas al fuero del trabajo*» de Luis J. Pedregal. Cádiz, Ceron, 1938. Pág. 233-239.
- 3 — *Gerónimo Castillo de Bovadilla*. Madrid, 1939. 145 pág.
- 4 — *Ideas políticas de Angel Ganivet*. Tesis doutoral. Madrid, 1939. 245 pág.
- 5 — *Para interpretar a Angel Ganivet*. Separata de *Ensayos y Estudios*. Berlin, 1940. 15 pág.
- 6 — *Acerca de una posible historia del pensamiento político español*. Na *Revista general de legislación y jurisprudencia*. Madrid, 1941. Págs. 421-448.
- 7 — *Monarquía y caudillaje. En torno a dos textos olvidados*. Separata da *Revista de la Facultad de Derecho de Madrid*. 1941. 20 págs.
- 8 — *Programa de un curso de filosofía del derecho*. Salamanca, 1942.
- 9 — *Introducción al estudio de la ontología jurídica*. Madrid, Suárez, 1942. 131 págs.
- 10 — *La causa diferenciadora de las comunidades políticas (tradición, nación e imperio)*. Separata da *Revista general de legislación y jurisprudencia*. Madrid, Reus, 1943. 47 págs.
- 11 — *Las doctrinas políticas en Portugal (edad media)*. Madrid, Escelicer, 1943. 233 págs.
- 12 — *La sátira política en Portugal durante el siglo XV*. Separata da *Revista de la Universidad de Madrid*, 1943. 33 págs.
- 13 — *La tradición gallega*. Madrid, 1944.

- 14 — *Las ideas políticas de Gil Vicente*. Separata da *Revista de la facultad de Derecho de Madrid*, 1944. 32 págs.
- 15 — *El hegelismo jurídico español*. Madrid, editorial *Revista Derecho Privado*, 1944. 145 págs.
- 16 — *Las doctrinas políticas del Príncipe de Viana* (Revista general de legislación y jurisprudencia).

## NO PRELO

- 17 — *Breve história de las doctrinas racistas*. (Editorial Pace).
- 18 — *Para una nueva perspectiva del pensamiento político de Donoso Cortés* (Revista de la Facultad de Derecho de Madrid).
- 19 — *A Sátira política em Portugal durante o século xv*, tradução portuguesa de Fernando de Aguiar, (edições Pro Domo).
- 20 — *De Re Lusitana*, (edições Pro Domo).

## TRADUÇÕES NO PRELO

### DO INGLÊS:

- 21 — *The making of Europe* de CHRISTOPHER DAWSON. (Ediciones Pegaso).

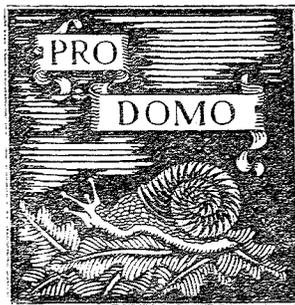
### DO ROMENO:

- 22 — *La filosofía del derecho en Rumania*. Páginas 289-318 da *Istória filosofiei românești* de N. BAGDASAR, Bucaraste, Societatea română de Filosofie, 1941 (Revista Derecho Privado).

FRANCISCO ELIAS DE TEJADA SPINOLA  
CATEDRÁTICO DA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

AS  
IDÉIAS POLÍTICAS  
DE GIL VICENTE

*Tradução de Manoel de Bettencourt e Galvão*



LISBOA - MCMXLV

*Reservados todos os direitos*

## NOTA DO TRADUTOR

**C**ONVIDADO há largos meses para traduzir o estudo agora editado em língua portuguesa, demorei, por motivos alheios à minha vontade, a conclusão da tarefa.

O convite que me foi dirigido deve mais basear-se na gentileza dos Editores do que na minha fraca autoridade de tradutor. Teriam também influido na escolha do meu nome duas circunstâncias que, para o caso especial da versão portuguesa dêste trabalho, militavam a meu favor: o culto literário que tenho por Gil Vicente e a estima intelectual que ao Autor consagro.

Seria talvez esta a oportunidade de justificar tal estima, se a personalidade do prof. Francisco Elias de Tejada Spínola não fôsse já de sobejo conhecida do nosso público interessado pelos assuntos de cultura espiritual.

O jovem catedrático da Universidade de Salamanca é um apaixonado pelas figuras e monumentos literários portugueses, que trata sempre nos seus trabalhos com carinho e competência; não sendo pequenos os serviços que lhe devemos, quer no campo da investigação, quer no da interpretação de muitos problemas da história do pensamento português.

As suas visitas a Portugal — 1940 — foram aproveitadas na recolha de elementos de estudo, que mais tarde, no sossêgo da cidade quási monás-

*tica, na douda Salamanca, êle tem ampliado e completado com notável maestria e rara intuição. Assim nos deu êsse brilhante estudo que intitidou «Historia de las doctrinas politicas en Portugal (Edad-Media)», contribuição preciosa para o estudo dêste vasto assunto e que infelizmente para nós, ainda não é possível ler em língua portuguesa.*

*Aborda no presente ensaio o doutor Tejada Spínola um tema abaixonante, ao pretender situar no quadro das idéias religiosas e politicas da época a figura gigantesca de Gil Vicente.*

*E se o trabalho se ressentente, como não pode deixar de ser, do vício essencial da visão espanhola do assunto, não é menos verdade que sob certos aspectos caberá ao moço e talentoso escritor a justa glória de ter interpretado o pensamento vicentino com aquêla altura e objectividade que só os grandes nomes da critica mundial e em plena maturação de espirito, conseguiram atingir.*

*Sejamos pois gratos a mais esta contribuição oferecida à Cultura Portuguesa pelo illustre catedrático de Salamanca, e, muito embora marcando ao seu trabalho as naturais limitações que o nosso ponto de vista português lhe impõe, saudê-mo-lo como digno continuador dos grandes espanhóis que sôbre o nosso passado se debruçaram para melhor nos conhecerem e respeitarem. Procurei*

*escrupulosamente que o provérbio italiano me não fôsse applicável, isto é, procurei traduzir sem trair.*

*Duvido ter atingido inteiramente êsse propósito, tão difficil é a tarefa de dar em palavras nossas o pensamento dos outros.*

*Absolva-me dos erros cometidos, a lealdade com que os confesso é a firmo; que me absolva sobretudo de tal peccado a generosidade do autor, soldado como eu próprio da grande cruzada católica e monárquica que, por amor dos nossos dois grandes países e por amor da Europa, servimos com total devoção.*

*Lisboa. Fevereiro de 1945.*

M. de B. e G.

*CARTA DEDICATÓRIA*

*A*

**HARRI MEIER**

*PROFESSOR DA UNIVERSI-  
DADE DE LIPZIENSE*

*Considero cada publicação não como obra definitiva mas como mais um passo no estudo de um tema. Por essa razão este trabalho sobre Gil Vicente, não é uma meta atingida mas simplesmente um escalão do caminho.*

*As páginas que vão ler-se foram escritas na sua maior parte em 1942 e algumas delas publicadas sem preocupações eruditas na revista Misi6n.*

*O estudo completo ficou pendente da consulta de uma obra da tua autoria, que ainda me não chegou às mãos: «Gil Vicente als Dichter des portugiesischer Geschichte», que segundo me consta foi impressa no Festschrift der Universität Köln zu den portugiesischen Staatsfeiern de Jahres 1940, e respeitante a uma interpretação sob o ponto de vista do simbolismo histórico da Comédia do Viúvo. Antes que estas páginas envelheçam, quero publicá-las, depuradas e revistas, segundo o conselho do clássico, lamentando não possuir do teu estudo a que acima me referi, mais do que referências um tanto vagas e indirectas.*

*Dedico-te este trabalho, em memória do nosso convívio em Coimbra, já distante de dois anos. Ele não significa o ponto final das minhas curiosidades e preocupações vicentinas.*

*Se determinadas e lamentáveis circunstâncias me não impedissem de lhe dar imediata realização, de bom grado seguiria a sugestão que me oferece em carta Luciano Ribeiro qual a de investigar uma possível assistência do Poeta às aulas patricias da minha Universidade salmantinense. Que esta tarefa investigadora seja o próximo objectivo dos meus estudos sobre Gil Vicente.*

*Madrid. Maio, 1944.*

1

NASCIMENTO DO TEATRO  
PORTUGUÊS

NA noite seguinte ao nascimento do Príncipe D. João, 7 de Junho de 1502, no Palácio da Alcáçova de Lisboa, perante o Rei D. Manuel, a Rainha D. Leonor, a Infanta D. Beatriz e a Duquesa de Bragança, apresentou-se — no meio da surprêsa e do regosijo gerais — um vaqueiro que chegava para fazer ao Príncipe recém-nascido a apresentação de três dezenas de pastores que lhe traziam suas oferendas.

No meio da surprêsa e do regosijo gerais, dizíamos, e muito especialmente da Rainha Viúva que pediu ao autor do monólogo de apresentação que compusesse algum diálogo para a próxima festa do Natal. Dêsse encargo se desobrigou Gil Vicente, pois era êle o autor festejado, fazendo representar perante D. Leonor, a 24 de Dezembro de 1502, o *Auto Pastoril Castelhana*, e sempre no mesmo lugar e em idênticas condições, fazia-se a representação do auto chamado dos *Reis Magos*, a 6 de Janeiro de 1503.

Desta sorte, um lavrante de prata, se transformou em artífice de palavras, e, com a mão que fabricara a Custódia de Belém, cortou e colocou as primeiras pedras do teatro lusitano (1).

Assim alcançava êste homem já entrado em anos e de seu natural modesto, uma fama imortal e a coroa de primeira figura da literatura portuguesa da sua época, fama e glória em que, de futuro um só nome o há-de exceder — Luís de Camões (2).

2

PENSADOR E POETA

O primeiro problema que se põe a um historiador do pensamento político da densa e vasta obra de Gil Vicente é o de saber se essa produção — por se encontrar desligada dos problemas que estudamos — pode ser considerada e classificada como tal.

A. E. Beau resolveu a questão optando pela resposta negativa. Segundo o seu parecer, discordante do de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Gil Vicente é um poeta e não um pensador; o seu mundo, o do teatro e da cena, está muito longe daqueloutro das discussões teóricas; é inútil por consequência, ou pelo menos erróneo, pretender atribuir-lhe determinadas idéias, porque o autor escreve em função da obra dramática desprezando os sistemas ou as tendências que se não integrem na concepção literária (3).

Erra, segundo nos parece, o autor alemão. Certamente, e nós somos o primeiro a reconhecê-lo, é a pura inspiração poética que mais marcadamente caracteriza a obra de Gil Vi-

cente, mas essa primazia literária em nada exclui que nela se abordem e se espelhem idéias sôbre outros temas, com carácter e papel acessórios, se quisermos, mas com realidade evidente.

Se na obra vicentina foi possível encontrar conceitos sôbre a Medicina <sup>(4)</sup> e sôbre a Advocacia, como não há-de transparecer nos seus escritos um mundo de conceitos, um sistema de noções com os seus pontos cardiais bem referidos, um critério sôbre o conjunto universal e sôbre o panorama político?

E assim devia ser para um homem habituado a pesar tais assuntos por ser frequentador do Paço. Nos seus autos e farsas deixou-nos um quadro completo da sociedade do século XVI, não só quanto aos costumes, mas ainda mais como sublinha Teófilo Braga à face de documentos coevos <sup>(5)</sup>, no campo do pensamento, na língua, na literatura, na história política <sup>(6)</sup>.

É nossa convicção de que existe um pensamento político na obra vicentina.

Sob a roupagem dos versos maliciosos e desenvoltos de uma das mais belas produções literárias que o génio humano terá produzido, sente-se latejar a alma inteira de um povo nos clarões do espirito de um poeta.

Poeta e pensador, ¿ para que separá-los, se a própria etimologia das palavras os liga?

Não vale a pena discutir se foi apenas uma ou outra coisa; para ser de ambas basta que o seu labor intelectual tenha o sêlo de uma delas.

3

HOMEM DE PERÍODO  
DE TRANSIÇÃO

**G**IL Vicente é um homem caracteristicamente de um período de transição que evoluciona na encruzilhada precisa de duas épocas.

Colocado nesse vértice, procura apoiar-se na antiga para transpor os humbrais da época nova, orientando-se na mudança contínua dos pontos de mira do pensamento.

Ainda há pouco exaustivamente se discutiu a questão do seu medievismo e do seu renascentismo, demonstrando-se o sentido medieval da sua formação e as tendências novas que o seu espírito entesourava.

D. Carolina Michaëlis, E. Beau, no campo da cultura pura<sup>(7)</sup>, e Damaso Alonso, no campo literário<sup>(8)</sup>, puderam apurar como no embrechado das peças fabricadas pelas mãos do Poeta se entrelaçam o litúrgico com o popular, o sério com o cómico, o português nativo com o leonês inicial e o castelhano sobreposto, a grande tradição literária castelhana de Castela com a tradição castelhana, um pouco convencional, aceite e divulgada em Portugal.

Esta dualidade de forças do passado e do futuro que se nos apresenta a cada instante com as influências, não cremos que conduza, no campo do que nos propomos estudar, a essa vacilação e incerteza que Mestre Damaso Alonso defende nas suas investigações literárias<sup>(9)</sup>.

No nosso trabalho de escarpelizar e desbravar textos, temos encontrado por vezes muitas sombras. Mas estas *sombras* nada têm que ver com a *confusão*.

E podem justificar-se pelo facto de, sendo antigos os materiais empregados, a construção oferecer linhas modernas que se vão acentuando cada vez mais na marcha cronológica do teatro vicentino.

Existe muito mais século xvi do que século xv em certas peças cuja novidade consiste mais no desfecho da acção do que na composição das cenas, mais na forma do que no fundo, mais nas exterioridades do que na medula dramática, mais enfim no planeamento dos pormenores do que nos temas tratados.

Estamos perante uma obra que nada tem de rígida ou hierática, muito embora os elementos que a constituem sejam comuns a ela e aos documentos com aquelas características. Existe na obra de Gil Vicente um calor de realidade humana, um entusiasmo, um factor de luminosidade desconhecidos nos dias medié-vicos.

O que nos surpreende é o brilho do clarão de uma alma que correspondeu com tãda a grandeza ao grande problema da era manuelina; saltar da pequenês do reino para a grandeza do império, encontrar formas de vida nas

quais a herança de um mundo que morria servisse de base à nova obra da universalidade, sabendo ser mundiais sem deixar de ser nacionais, conservando-se sempre ao expandir-se por todos os campos do saber humano o lume vivo da própria personalidade.

Gil Vicente correspondeu vitoriosamente a êsse intento e na síntese que alcançou, intérprete exacto de um período de transição, está a razão dos plausíveis triunfos da sua obra e a perenidade da recordação que lhe guardou a posteridade.

4

A CENSURA DO CLERO.

**N**A base de todos os sistemas políticos está uma posição religiosa. Daí a importância que revestem as discussões travadas à volta d'êste aspecto da obra de Gil Vicente. A total projecção do seu pensamento politico, depende de admitirmos ou não na sua obra, ares-tas erasmistas, ressaibos luteranos ou ortodoxia radical.

É evidente — e a justa ponderação do facto é o fulcro do problema — que atacou a clerezia do seu tempo de uma forma satirica e constante, crivando-a de alfinetadas de tão perfurante ironia que roçam às vezes pela malevolência.

Sôbre êsses clérigos se derramaram as mais negras çôres de uma pena que teve sempre êsses tons para os súbditos de D. João e de D. Manuel. Nem as ciganas que oferecem a mercadoria das suas profecias, nem os juizes suplantados pelo negro marido de Inês Pereira, nem as alcoviteiras que facilitam e auxiliam os negócios da prostituição, nem os médicos ignorantes, nem qualquer outro tipo da sociedade

portuguesa foi tão cruelmente castigado como êsses clérigos e frades, roídos por tôdas as gangrenas da concupiscência e da simonia.

Põe Gil Vicente especial empenho em lançar-lhes à cara a afronta de uma conduta licenciosa ou interesseira, mas em qualquer dos casos sempre totalmente condenável.

Com o escalpelo de uma finíssima ironia e com a graça dura de um gesto que pela continuidade pareceria transformar-se em perseguição, Gil Vicente trouxe esta vergonhosa chaga do cadinho social até ao palco da farsa que nascia.

Abundam textos confirmadores desta crítica que trás sempre a marca inconfundível do traço firme do caricaturista. Separaremos os que têm características de sátira social, daqueles a que se quis imputar uma intenção herética.

Passos que censuram a imoralidade do clero que não observa as virtudes do seu sagrado ministério:

a) Sirvam de exemplo a história de *Rubena*, filha de padre e desflorada por um padre <sup>(10)</sup>; a farsa *Nau de Amores*, que descreve a história de frei Martinho enamorado da mulher de um almocreve <sup>(11)</sup>; a farsa de Inês Pereira, na qual Leonor Vaz conta como foi perseguida por um clérigo com que topou no caminho <sup>(12)</sup>; a *Farsa dos Físicos*, na qual, segundo as suas próprias palavras, se ocupa dos graciosos amores de um padre <sup>(13)</sup>, observado por diversos médicos sem que nenhum dêles acerte com a enfermidade amorosa do padecente, desculpada publicamente pelo seu padre confessor <sup>(14)</sup>; o *Auto de Mofina Mendes*, no qual o frade predicante depois de citar Beda, Santo Agosti-

nho, S. Jerónimo, S. Bernardo e S. Remígio, conclui por deixar de lado os livros citados, recomendando a adopção de um filho de algum clérigo pobre<sup>(15)</sup>; o *Auto da Barca do Inferno*, no qual Brígida Vaz, a alcoviteira, relata no número dos seus merecimentos o de educar donzelas para amas dos cónegos da catedral<sup>(16)</sup>; e o frade que aparece em cena conduzindo pela mão uma moça, estranha que o hajam condenado por viver em mancebia, negando-se a entrar na barca do inferno e increpando o diabo porque usa contra si um motivo tão extraordinário<sup>(17)</sup>, etc. etc.

Estas citações e outras semelhantes que poderíamos fazer, respeitam a sátiras contra os costumes do clero muito corrompido durante o período do Renascimento e cuja reforma haviam empreendido os Pontífices contemporâneos dêsse mesmo período.

Êstes são os intuitos do Poeta e erradamente andaremos em atribuir-lhe quaisquer outros, inclusivé a irreverência. Numa sociedade como era a portuguesa nos começos do século, na qual a mancebia dos homens de tonsura era coisa corrente, a sátira tem apenas uma feição graciosa, desprovida de intenções de maior envergadura.

Trata-se neste caso de censuras análogas àquelas que em outras ocasiões lança contra a desordem política do seu tempo, contra o merca-dejar dos officios, contra a injustiça, contra as adulações, contra a concessão de prémios não merecidos, contra o triunfo da mentira e da trapaça, por todos cantos do reino<sup>(18)</sup>. São ataques a acontecimentos cotidianos, a vergonhas com que a cada passo topava: à descrença e à mentira<sup>(19)</sup>.

Quando flagela com tãda a dureza o clero perverso, não faz mais do que glosar a conduta de homens pecadores e maus, sem com isso atingir as verdades dogmáticas.

Críticas dêste tipo são frequentíssimas durante tãda a baixa Idade-Média e entre elas não são certamente das mais acerbas as graciosas caricaturas vicentinas. Em tãdas estas se mantêm — e daí uma inocência que as salva — uma nítida separação entre os homens e as instituições. Atacam-se aquêles sem atingir estas, ou melhor, quando se atacam os homens corruptos é para salvar as instituições, desligando-as do complexo de imoralidade que a conduta de determinados indivíduos poderia lançar sôbre elas.

Não se julgue porém que estamos concordes com a sugestão de Luís da Cunha Gonçalves da existência de uma intenção moralizadora na obra de Gil Vicente <sup>(20)</sup>; afigura-se-nos mais que êle estava inteiramente fora de semelhante intento.

O Poeta queria dar vida nos seus quadros, pintados a pinceladas fortes, à gente do seu convívio, e entre essa gente é natural que escolhesse, como figura bem representativa, o frade vicioso e perverso, pecador e femeeiro, cuja eliminação da vida social pediram tantas vozes de moralistas e até de santos no decurso das centúrias imediatas à época vicentina.

As críticas de Gil Vicente não têm outro valor. As coisas devem ser encaradas no plano cronológico em que se produziram e no qual eram correntes censuras semelhantes.

Beau, referindo-se às fontes medievais <sup>(21)</sup>, e o Mestre aos contemporâneos, Tôrres Navarro

por exemplo<sup>(22)</sup>, esclareceram amplamente como Gil Vicente trabalhava com idéias e frases de vastissimo alcance.

O que se nos não afigura licito é considerar tudo sob o nosso ponto de vista individual e escandalizarmo-nos com o uso de frases e gestos, agora considerados reprováveis, mas que ao tempo de Gil Vicente eram freqüentes e perfeitamente admissíveis.

A posição dos editores de 1834, Barreto Feio e Gomes Monteiro, sofre de um grave erro inicial. Porque não pode causar surprêsa que D. João III permitisse que se fizessem tais críticas na sua presença, sendo êle o introdutor em Portugal da Inquisição e da Companhia de Jesus; tão-pouco convém aceitar a estulta justificação de que tudo isso foi possível por não se ter atingido ainda o estadio de omnipotência da Igreja<sup>(23)</sup>.

A única coisa digna de verdadeiro assombro, é o proprio assombro de tais escritores e a facilidade com que se contradizem no curto espaço de três linhas. Se D. João III era fanático, como deixou de o ser durante uma parte do seu reinado?

Tudo se explica facilmente se admitirmos que estas sátiras agradavam ao Rei porque lhe punham diante dos olhos a necessidade de pôr termo aos abusos e justificavam a instauração do sistema inquisitorial.

Estas críticas haviam de parecer a D. João III até plausíveis e úteis porque vinham atacar os vícios e as taras que a Inquisição se propunha extirpar.

A posição do monarca introduzindo a Inquisição em Portugal ao mesmo tempo que aplau-

dia Gil Vicente não deve ser motivo de reparo porque é a coisa mais natural do mundo: tratava-se num e noutro caso de combater o mesmo mal, tão grave que era a maior preocupação do soberano, na qualidade de rei católico.

E assim se verifica com luminosidade meridiana que sob o aspecto religioso o teatro de Gil Vicente não era de maneira nenhuma elemento perturbador. Antes muito pelo contrário, contribuiu para atacar — talvez inconscientemente, concedemos — o maior dos males que ameaçavam a Igreja nos alvares do século dezaesais, cooperando sem intenção premeditada no labor de moralistas e prêgadores.

E aí se encontra o aspecto construtivo que alguém apontou nas suas obras<sup>(24)</sup>: desvendar aos contemporâneos a verdade, empregando um instrumento de propaganda muito mais eficaz do que todos os sermões dos moralizadores.

b) Problema de maior dificuldade é pôsto por certos textos nos quais Gil Vicente parece atacar as premissas do dogma católico, colocando-se abertamente ao lado do protestantismo.

Defendeu esta tese o estudioso e erudito, mas também parcial, Teófilo Braga, que julgou encontrar no Autor em causa os argumentos mais fortes para o seu ataque ao catolicismo. Procurou até apresentá-lo como hereje para dar as características de herética a uma verdadeira glória nacional, e procurou-o com o intuito de levantar mais um pendão de discórdia, mascarando Gil Vicente de corifeu da Reforma protestante e até de precursor de Lutero<sup>(25)</sup>. Tese que obteve o favor da moda no final do século pas-

sado, subscrita por um aristocrata demagogo, o Visconde de Ouguela <sup>(23)</sup>.

A opinião, aliás insegura, de Teófilo Braga baseia-se em três passos da obra de Gil Vicente. O primeiro, é o sermão em verso que o Poeta recitara em Abrantes no ano de 1506 por ocasião do nascimento do Infante D. Luis. Sublinhando determinadas frases, Teófilo Braga chega à conclusão de que no referido texto se proclamam as idéias da revolução religiosa onze anos antes de Lutero <sup>(27)</sup>. Transcrevemos as frases citadas como heréticas pelo referido erudito português:

«No quiero deciros las opiniones  
 .....  
 Ni alegar texto antigo o moderno  
 Si el Papa si puede dar tantos perdones?  
 Ni el precito que está condemnado  
 Nel saber divino si tiene alvedrío  
 .....  
 Ni disputar se el Romano Papado  
 Tiene poderio en el Purgatorio» <sup>(28)</sup>.

O segundo trecho é-lhe fornecido pelo «Auto da Feira» de 1527, que, segundo Braga, é nem mais nem menos que a «sátira da simonia» <sup>(29)</sup>.

Por fim, o terceiro e último diz respeito à censura do celibato eclesiástico, sobretudo — sempre segundo a opinião do Autor que vimos citando — no «Clérigo da Beira», onde um pai que é sacerdote vai à caça e reza na companhia do filho <sup>(30)</sup>.

Respondamos agora ponto por ponto às imputações do investigador português.

Antes de mais observemos que Teófilo Braga esqueceu muitos textos analogos e quiçá mais duros ainda. Sirva-nos de exemplo, entre outros,

um trecho do «Auto dos Reis Magos», a que adiante nos havemos de referir.

Analisando pròpriamente os textos referidos por Braga, diremos em primeiro lugar que as frases do sermão composto em 1506 não provam nada, nem têm raiz luterana de qualquer espécie, porquanto a tese a que ali se alude, a carência de poder por parte do Papa para conceder indulgências, se é certo que constitui um postulado luterano, não é uma opinião vicentina. O essencial do problema está na questão bem mais profunda da predestinação, na negação ou afirmação do livre arbítrio.

Lutero no seu *Deservo arbitrio* negou o arbítrio humano e a independência das causas motoras da nossa vontade; reduzindo o problema da salvação a um mero jôgo de fatalidades reguladas por Deus e alheias à livre decisão humana, ou melhor, a uma decisão humana que praticamente carece dos requisitos reais e inerentes à efectiva liberdade.

Mas esta não é de maneira nenhuma a tese que pode resultar dos versos que atrás deixámos transcritos. Gil Vicente não apresenta como suas as razões de um Wicleff ou de um João Huss, limitando-se a fazer-lhes alusão e deixando-as de lado, coisa aliás bem própria de um sermão satírico, que trazia para mais as características de tôdas as obras escritas pela sua pena, no qual queria ridicularizar o estilo dos pregadores que tinham a preocupação de alardear saber e vasta leitura.

«No quiero deciros las opiniones» é uma frase que esclarece o sentido do que escreveu seguidamente, porque as proposições que depois repete não se enunciam para apostolado mas

sim para censura, com intenção reprovativa e nunca com intuito de aplauso. A confusão do erudito lusitano é consequência do ponto de vista obeceçado e sectário com que encara a questão. Assim, uma sátira contra os maus prê-gadores, absolutamente inocente no campo dogmático, pode parecer-lhe nada menos do que um grito de protesto e rebeldia, antecedente próximo e directo da Reforma de Lutero.

E como se o que afirmamos fôsse pouco, como se o poeta quizesse arredar êle próprio a errada interpretação do seu compatriota, condena Gil Vicente expressamente em certo passo da sua obra a tese da predestinação, adoptando a posição católica do livre arbitrio e da liberdade sem freio da nossa personalidade no magno problema da salvação eterna.

A insuspeita autoridade de Júlio Dantas chamou a atenção sôbre um passo do «Auto da Alma», escrito em 1506, logo no mesmo ano em que foi composto o *sermão*, e que é uma condenação clara e expressa da revolta religiosa.

Diz o anjo à alma em perigo de tentação

«Vosso livre alvedrio  
Isento, forro, poderoso,  
Vos é dado,  
Pelo divinal poderio  
E senhorio  
Que possais fazer glorioso  
Vosso estado.  
Deu-vos livre entendimento,  
E vontade liberada,  
E à memória,  
Que tenhais em vosso tento  
Fundamento  
Que sois por ela criada  
Para a gloria» (31)

Não se pode conceber mais nítida oposição do que a intenção que Teófilo Braga lhe pretende atribuir e aquela que em realidade manifestava Gil Vicente. O leitor imparcial é que deverá decidir da interpretação que convém atribuir aos versos do *sermão*: se a de considerá-los negadores do livre arbítrio, de acôrdo com a tese luterana, e contrariamente ao que o Poeta escrevia nêsse mesmo ano de 1506, ou, se, pelo contrário, a de encará-los, como nós o fazemos, como caricatura satírica contra os maus prê-gadores, que a cada momento e a despropósito de tudo, se esforçavam por estadear a sua erudição mais ou menos postiça.

Julgamos sinceramente que não há hesitação possível.

O segundo dos argumentos de Teófilo Braga é tirado do «Auto da Feira», vinte anos posterior ao *sermão* e que constitui sem dúvida uma acerba censura contra a desordem simoniaca que existia na provisão dos cargos eclesiásticos.

Depois de ter armado uma tenda para venda de variadas mercadorias, aparece o *Tempo* em cena apregoando a feira das graças, e oferecendo virtudes e vícios, remédios contra a fortuna adversa, conselhos de tôda a espécie, justiça, paz e verdade, temor de Deus «que he já perdido em todos Estados», as chaves dos céus, etc. <sup>(32)</sup>; mas sem deixar de manifestar o seu receio pela presença de maus compradores <sup>(33)</sup>. Um serafim enviado de Deus, convida à feira os Príncipes da Igreja, exortando-os a que prescindam de hábitos de ostentação, e convida também os Reis para que comprem ali o temor de Deus tão necessário para não incorrer no perigo da sua cólera <sup>(34)</sup>. O Diabo,

conhecedor da festa, quer concorrer a ela, no que é impedido pelo serafim que para tal se fortalece no conhecimento que tem dos pecados demoníacos. Contra esta decisão replica o *espírito das trevas* atirando com as culpas sôbre aquêles que adquirem mitras comprando-as com a moeda da hipocrisia e sôbre os clérigos ou leigos que procuram viver à custa de embustes e trapanças<sup>(35)</sup>. Por fim Roma deseja comprar a verdade, a paz e a fé, ao que Mercúrio aco.re declarando que o preço de tais mercadorias é a penitência e o arrependimento que aproximam de Deus<sup>(36)</sup>.

Tais são os episódios que neste Auto maior interêsse podem oferecer por serem os mais duros na censura contra a simonia e os vícios dos homens de sotaina. O que não quer dizer que sejam os mais duros do teatro vicentino, nesta matéria. Não compreendemos como Teófilo Braga largou de mão a oportunidade que lhe ofereciam textos mais agressivos e frizantes, tais como o diálogo entre o Diabo e o Papa, no «Auto da Barca da Glória», muito mais enérgico e fustigador do que todo o «Auto da Feira»<sup>(37)</sup>.

Entrando agora no âmago da argumentação de Teófilo Braga, aceitamos sem relutância que o «Auto da Feira» é uma censura contra os vícios do clero e em especial contra a simonia. No que pretendemos que Teófilo carece de razão é quando afirma que tais críticas têm características protestantes e defende — com a ausência de verdade que demonstrámos — que se o *sermão* pelo nascimento do Infante D. Luís é uma admirável poesia nitidamente inspiradora das idéias da Reforma<sup>(38)</sup>, o «Auto da Feira» constitui uma obra que a cada passo revela as

idéias luteranas, recolhidas pelos mais altos espíritos portugueses: Sá de Miranda, Gil Vicente e Damião de Gois<sup>(39)</sup>.

O «Auto da Feira» é uma censura da mesma natureza das que transcrevemos e qualificámos nos primeiros parágrafos dêste capítulo e para êsse local remetemos o leitor, com vista à respectiva classificação.

Não tem nada que ver com Lutero e seus sequazes; trata-se de uma nítida sátira destinada a ridicularizar acções muito censuráveis, mas sem atingir o conteúdo e a raiz de instituições que Gil Vicente era o primeiro a considerar respeitabilíssimas.

O terceiro e último argumento apresentado por Teófilo Braga é aquêlê passo em que se narra o sucedido a um clérigo da Beira que ia à caça com os filhos. A crítica reconheceu posteriormente que tal episódio é um aspecto apenas da luta implacável entre o autor dos Autos e Sá de Miranda, iniciada por questões literárias e levada depois para o terreno pessoal. Perante as tendências populares do teatro e da linguagem vicentinas, Sá de Miranda reagiu e procurou nacionalizar o endecassilabo dos mestres italianos e o estilo das comédias da Roma clássica.

Nada há mais oposto na literatura portuguesa do que a «Farsa de Inês Pereira» e a «Comédia dos Vilhalpandos»; ali, a graça humana e fresca que nasce do que é natural, na obra de Sá de Miranda o trabalhado que é fruto da erudição filosófica; no primeiro, o português sem mistura, arrancado do povo, no segundo o classicismo aurido nos livros da antiguidade doura.

Esta oposição chegou a descambar nos mais sangrentos e ferozes ataques. No prólogo de «Os Estrangeiros», representado ante um auditório conimbricense, do qual formaria quiçá parte Gil Vicente, o Poeta do Neiva queixava-se dos *barbaros* que tinham mudado em *auto* o nome de *comédia*, e increpava os espectadores: «de vossos versos vos faço graça, que são forçados daqueles seus consoantes». O criador do teatro português, assim tão claramente censurado, defendeu-se com dureza.

Na «Comedia sôbre a divisa da cidade de Coimbra», terra que foi berço de Sá de Miranda, filho de pai clérigo e de mãe amancebada, propõe-se explicar:

Outrosi as causas por que *aqui tem*  
os clérigos todos mui largas *pousadas*  
e *mantem as regras das vidas casadas*  
*desta anteguidade procedem também.*

*Sem serem culpados*  
Porque sam leis dos *antigos fados*,  
cousa na terra já determinada.  
que os *sacerdotes* que nam *tem ninhada*  
de *clerigozinhos*, sam excomungados.

Os sublinhados indicam a ironia malévola que preside à *comédia*, já intitulada assim como réplica às censuras de Sá de Miranda. Os oito filhos do Cónego Gonçalo Mendes de Sá estão representados na *ninhada de clerigozinhos*, e a alusão aos *tempos antigos* é um disfarce ultrajante.

Assim, não estamos perante uma crítica ao clero em geral, como queria Teófilo Braga, mas perante uma ofensiva literária e pessoal dirigida contra o poeta contraditor e adversário

irreduct vel. E quem o duvidará ao atender que ao enunciar os nomes da nobreza coimbrã, omite os Sás para citar os Melos, apelido este da robusta dama Inês, mãe pouco virtuosa do apóstolo da oitava rima?

«De mim procederam os *Melos dereytos*  
.....  
esta he sua alcunha e seu sobrenome  
*falo nos finos e nam contrafeytos*».

No «Clérigo da Beira» tudo se passa por forma semelhante. A Beira era a província da naturalidade de Sá de Miranda e Gil Vicente fez desta peça mais uma arma ao serviço do seu ódio<sup>(40)</sup>.

Maior motivo de escândalo que os citados é um texto que não sabemos como escapou a Teófilo Braga. Referimo-nos ao diálogo que dois pastores, Valério e Gregório, desenvolvem no «Auto dos Reis Magos», justificando, em disputa com um ermitão, o amor e atacando o celibato:

«*Greg.* ¿ Pecado es ser namorado?  
*Val.* ¿ Crió Dios, por la ventura,  
hermosura  
para nunca bien amada?  
¿ Crióla demasiada  
para nada?  
Como decís que es loucura.  
Mirad, mirad la scritura.  
Qué cordura  
halharéis más amadora?  
Desde Adán hasta ahora  
nesta hora  
fué discreta criatura  
que no siga esta ventura.

Si a Dios esto pesara  
 no criara  
 zagalas tam relucientes :  
 fueran prietas y sin dientes,  
 y las frentes  
 más angostas que la cara ;  
 las narices le ensanchara,  
 y achichara  
 los hajos como hurones ;  
 nunca nuestros corazones  
 de pasiones  
 nuestras vidas aterrara,  
 ni de Dios nos apartara  
 ..... (11)

Mas este passo, quanto a nós, também não tem importância de maior. Trata-se, é claro, de um ataque ao celibato eclesiástico e de um canto entusiasta ao amor nas suas diferentes manifestações. É uma exaltação da beleza da vida e dos encantos do sexo sobre tudo o resto, porque eles pedem amor e foi esta a razão porque Deus pôs as lindas mulheres ao lado dos peitos masculinos a que hão-de inspirar paixão.

No entanto, repetimos, tal passo não oferece importância de maior: primeiro, porque está inscrito sob forma de polémica na qual o ermitão defende e sustenta a boa doutrina; segundo, porque a contradita é feita por pagãos, pré-cristãos, rudes e ingénuos, que ignoram Cristo e o pecado.

Não se trata de uma manifestação de luteranismo, trata-se sim da necessidade do contraste literário e é fruto daquela maravilhosa facilidade que Gil Vicente possuía para dar os tipos cénicos com frases correspondentes à sua verdadeira natureza e condição.

5

O SUPOSTO LUTERANISMO  
VICENTINO

**D**EPOIS do que atrás deixámos escrito, estamos em condições de abordar o tema: Onde está o *erasmismo*, ou melhor o luteranismo de Gil Vicente?

Que não era protestante podemos já concluir depois da minuciosa refutação que de tal acusaçãõ fizemos nos capítulos anteriores.

Tõda a quimera engendrada por Teófilo Braga se desvanece perante os factos, se é que ainda lhe poderíamos reconhecer sobrevivência depois da esgotante crítica do mestre<sup>(42)</sup>.

Também são hoje francamente insustentáveis as afirmações que se fizeram sôbre um Gil Vicente mosárabe<sup>(43)</sup>, expressão do protesto de uma raça secularmente oprimida<sup>(44)</sup>, que não soube encontrar outra via para manifestar a sua indignação senão o fino punhal dos sorrisos<sup>(45)</sup>, proclamando dos palcos públicos onde se representava a farsa, as idéias fecundas da Reforma<sup>(46)</sup>, exprimindo assim o espírito rebelde do Renascimento, perante as cadeias medievais<sup>(47)</sup>. Neste momento a crítica orienta-se francamente noutra direcção.

É Mendes dos Remédios, apesar do exagêro com que glosa certas notas de Menendez y Pelayo<sup>(48)</sup>; é o padre Domingos Maurício, negando o erasmismo de Gil Vicente<sup>(49)</sup>; é Abreu Freire, sublinhando o aspecto ortodoxo da obra, mesmo nas mais escabrosas passagens<sup>(50)</sup>; é Júlio Dantas, aderindo, na comemoração solene de uma data, à mesma tese<sup>(51)</sup>; é Beau, proclamando intacta a pureza da fé católica do Poeta<sup>(52)</sup>...

Não pode haver sôbre o assunto possibilidade de discussão; Gil Vicente, Deus seja louvado, não tem na sua obra a mais pequena mancha de heresia.

6

O CHAMADO ERASMISMO  
DE GIL VICENTE

ERASMO foi o símbolo do humanismo, por lhe ter dado a vida e a côr de que elle carecia. Aquêlê engenho admirável, ainda que um tanto pesado, deslumbrou os olhos donde ainda não havia desaparecido inteiramente a fôrça obscura do mistério medieval. Rara é a personalidade dessa época que directa ou indirectamente lhe não deva algo da sua formação. Os seus próprios inimigos hão-de render-lhe preito de influência, e se quisermos resolver o discutido tema do erasmismo vicentino havemos de caminhar tomando por ponto de partida a formação cultural do *pai do teatro lusitano*.

Recentemente Júlio Dantas<sup>(53)</sup> e, antes de qualquer outro, o mestre, admitiram a tese erasmista. «Gil Vicente — diz Menéndez y Pelayo, não foi protestante como se tem pretendido sem fundamento, nem há posição confessional mais contrária à sua índole do que essa; mas foi dos pés à cabeça um erasmista, um espírito livre, mordaz e agudo»<sup>(54)</sup>.

Don Marcelino dá aqui ao erasmismo o si-

gnificado de uma posição intelectual: a rebeldia crítica contra os costumes do clero.

Realmente ela é a medida qualificadora que serve a uma mentalidade obcecada pela separação a estabelecer entre heréticos e ortodoxos, o que leva a desprezar as diferenças fundamentais entre as duas sátiras: a de Erasmo, erudita e pretensiosa; natural e singela, a de Gil Vicente. O de Roterdão, fabrica críticas pesadas de doutrinarismo; o Português, traça-as com a graça travessa de um jogral.

E de outra maneira não poderia ser, se considerarmos as bases culturais que fundamentam as respectivas produções literárias.

Graças às conscienciosas e profundas investigações de D. Carolina Micaëlis de Vasconcelos, a disparidade das duas expressões satíricas fica demonstrada pela diversidade da preparação intelectual.

Se certo autor já distante de nós, julgou revelado em Gil Vicente um sábio no estilo clássico<sup>(55)</sup>, as investigações esgotantes de D. Carolina Micaëlis demonstraram que o seu conhecimento do latim era apenas superficial<sup>(56)</sup>; que a única citação clássica patente nas suas obras, respeita a Virgílio, e não é colhida no texto do autor latino<sup>(57)</sup>; que tôdas as demais alusões à língua do Lacio vêm através de textos tipicamente medievais, bíblicos ou evangélicos<sup>(58)</sup>; finalmente, que nem sequer praticou os grandes mestres italianos: Dante, Petrarca, Boccaccio, Ariosto ou Maquiavel, como também não conhecia o idioma dos *Triouñfi* ou do *Decameron*<sup>(59)</sup>.

Também um erudito gaulez julgou poder afirmar em Gil Vicente profundos conhecimentos

de literatura francesa <sup>(60)</sup>. A verdade, porém, é que o Poeta manejou apenas o português e o castelhano, este último por ser sem dúvida a língua oficial da cultura peninsular durante o século xv e cujo conhecimento era quasi obrigatório para qualquer pessoa de mediana cultura do país vizinho <sup>(61)</sup>.

Esta disparidade de formações mentais, convém acentuá-lo, marcava um sentido e um estilo distintos às duas sátiras em causa.

Unia Erasmo a Gil Vicente o espírito crítico e de oposição à classe conventual, pôsto em relêv por ocasião do *Auto* célebre representado em Bruxelas em 1532, hoje desgraçadamente perdido <sup>(62)</sup>, e que foi a única audição europeia do teatro popular lusitano.

Mas esta coincidência foi meramente casual, porque os pontos de partida eram bem diferentes, e contrários à premeditação.

Trata-se pois de um simples acaso. O erasmismo de Gil Vicente é fortuito e não provém da leitura das obras do holandês e menos ainda de posição doutrinal por parte do Poeta. Razão alguma justificava a escandalizada atitude do legado Alexandre, que quasi considerou Gil Vicente professando idéias luteranas.

Terá sido o Português um colaborador de Erasmo em certo aspecto, mas com absoluta independência confessional e muito longe de suspeitar que a sua posição de critico poderia alguma vez ser imputada de erasmista ou anti-erasmista.

Por essa razão, ao discutirmos o erasmismo de Gil Vicente, temos de colocar de novo o problema. Se por erasmista se entende todo aquê que criticou os costumes desordenados

de certo clero, fustigando vícios e revelando mazelas, não há dúvida de que Gil Vicente era erasmista porque, com efeito, nada há que melhor o caracterize no terreno das idéias do que essa obsessão quasi maníaca. Mas se por erasmista considerarmos o devoto de Erasmo, leitor dos seus livros, apreciador da sua prosa, admirador do seu estilo e cuidadoso em seguir os preceitos do mestre, então Gil Vicente estava bem longe de poder ser acusado de tal, porque nunca aderiu a qualquer escola e talvez nem sequer tivesse chegado a dar conta do movimento cultural do Renascimento <sup>(63)</sup>.

O Poeta escrevia para o seu público, público superficial de palacianos, escudeiros, truões e artífices, no qual muitas vezes pululariam colarejas; procurava o *clima* popular, as frases que nas ruas trocavam *regateiras* e marinheiros, sem se importar um minuto com os canones de Plauto ou de Aristófanes. O seu *forum* era a praça lisboeta; escrevia no bulício das ruas, longe da tranqüilidade das celas quasi monásticas pejudadas de livros.

Por isso entre Erasmo, sombrio como o céu brabantino e Gil Vicente, brilhante como o sol alentejano, não existe mais qualquer outra analogia além da que provinha de uma posição intelectual partilhada por milhares de escritores de todos os matizes e escolas.

Não é de admitir por parte do Fundador do teatro português a mais ligeira adesão aos pesados, eruditos e abstrusos conceitos de que estão recheadas as obras do *generalíssimo* do exército humanista.

7

O SUB-SOLO FILOSÓFICO  
DO POETA

**E**SCLARECIDA assim, com as claras conclusões que se puderam tirar, a polémica apresentada em tórno da verdadeira posição religiosa de Gil Vicente, nas circunstâncias especiais da sua época, é agora relativamente fácil deduzir, com o auxilio dos critérios estabelecidos, o quadro das suas concepções universais.

A idéia que tem do *cosmos* é substancialmente aquela que afirmou o Homem Medieval: uma ordem ontológica sôbre a qual se apoia uma disciplina política hierárquica, obra da harmonia entre a vontade de Deus e a livre actuação do homem.

Essa ordem é aquela que domina a Idade Média e em cuja cúpula se encontram os dois vértices da hierarquia terrena: o Imperador e, acima d'êle, o Papa. Gil Vicente tem um passo da sua obra que é bem representativo desta doutrina, ao sustentar a primazia do papado sôbre o maior dos poderes políticos. É no «Templo d'Apolo» quando o porteiro repele o vilão que pretende entrar, afirmando-lhe que mesmo que

se tratasse de um servidor não do Imperador mas do próprio Papa, o não deixaria atravessar aquêles humbrais <sup>(64)</sup>.

O mais profundo conhecedor de Gil Vicente, na parte que respeita aos problemas análogos a êstes de que estamos tratando, Albin Beau, teve o cuidado de pôr em destaque a permanente existência na obra de Gil Vicente de um *cosmos* hierárquico <sup>(65)</sup>, que se manifesta sobretudo na trilogia das *Barcas* <sup>(66)</sup>. A sua argumentação, produto de uma observação perspicaz, revela-se muito superior à interpretação que lhe procurou dar Creizenach <sup>(67)</sup>, e constitui um bem elaborado critério destinado a pôr em relêvo o equilíbrio político-religioso cujo sistema é respeitado nas «Barcas», certamente porque Gil Vicente o considerava acertado e natural.

Para o Poeta a ordem política então vigente era aceitável e lógica e êle seria certamente o último a desejar a sua alteração ou a sua mudança. A situação de poeta protegido de reis, é mais do que suficiente para esclarecer a aceitação que em nada podia repugnar à formação mediéfica do seu espírito.

Por isso, quando Feliciano Ramos o considera precursor dos modernos sociólogos democráticos <sup>(68)</sup>, ou quando Rodrigues Lapa o apresenta como defensor dos interesses da classe operária <sup>(96)</sup>, esquecendo ambos o satírico e o palaciano, estamos perante duas interpretações verdadeiramente forçadas, por certo de acôrdo com a posição política pessoal dos críticos mas verdadeiramente antagônicos com a alma vicentina.

Porque é certo — como sublinha Dantas — que se encontra em Gil Vicente um potencial

## G I L V I C E N T E

---

plebeu, um calor popular de graça proletária e camponesa, mas sempre, não o esqueçamos nunca, para manter levantado o látego da sátira.

Diremos finalmente que a sua concepção política era correspondente ao matiz medieval que encheu o mundo de conceitos que Gil Vicente considerou como seus.

8

SENTIDO DO NACIONALISMO  
VICENTINO

A chave para interpretar com exactidão o sentido popular do teatro vicentino está na importância que dermos ao factor nacional que nêle palpita.

O Poeta exprime a alma do povo português, porque amava apaixonadamente tudo que lhe dizia respeito. Com efeito, só da aliança feliz na mesma pessoa de um fino espirito satirico e de um coração apaixonado pelo povo, poderiam sair as filigranas dos autos e das farsas, herança riquíssima que nos deixou.

Mendes dos Remédios classifica Gil Vicente de tão grande como a própria pátria imortal que lhe serviu de berço<sup>(71)</sup>, e Berta Luisa da Fonseca define-o como um perfeito patriota<sup>(72)</sup>. Certamente que o significado, inclusivamente o literário, das suas obras está na representação da essência da alma de Portugal. Assim se compreende que, ao celebrar o seu centenário em 1937, se tenha com autoridade classificado o Poeta de «fé, tradição e consciência de uma pátria, a pátria portuguesa»<sup>(73)</sup>.

Mas esse nacionalismo não é *chauvinista*; abrange uma adesão à causa das Espanhas da Contra-Reforma, perseguidora dos inimigos da cristandade e defensora estrénuo dos perenes valores humanos. O seu nacionalismo não é estreito. Diremos com propriedade que o que se verifica em Gil Vicente é um patriotismo português, conjugado com um tradicionalismo hispânico. O seu ardor é de um verdadeiro cruzado da grande causa universal de nossos avós. E assim ultrapassa os pormenores de colorido e de ritmo, para atingir as infinitas perspectivas de missão católica.

A posição de Gil Vicente enquadra-se na característica sede de absoluto dos povos hispânicos e nela palpita inequivocamente a substância da alma ingente que os nossos construíram em função e serviço do catolicismo. Como em Resende, como em Camões, como em todos os príncipes do pensamento português da época, o génio é simultaneamente chama e luz.

9

GIL VICENTE, POETA  
RELIGIOSO

**P**ARA ponto de partida dêste conceito temos a indiscutível e firme adesão de Gil Vicente à causa de Roma. Já cuidámos de refutar em capítulos anteriores as insubsistentes taras de heresia que, com condenáveis e transparentes intuitos políticos, se tem em vão procurado assacar-lhe. Como poderá ser apodado de luterano quem canta e reza com tão pura devoção à Virgem Maria, advogada dos rústicos pastores?

Para Gil Vicente a fé é o único remédio dos casos difíceis. Prova clara do que afirmamos o «Auto da Fé», no qual a incompreensão bronca de pastores da montanha ante as cerimónias litúrgicas para eles obscuras, é esclarecida pela intervenção da luminosa primeira virtude teológica, representada por formosíssima donzela.

As palavras de agradecimento de Braz, são sobremodo sugestivas:

«Vos, prehecha fe sagrada,  
Vida de nuestro consuelo,  
pues nos mostrastes el cielo  
seais por siempre loada» (74).

As melhores páginas de Gil Vicente são as de timbre religioso e só o esquecimento lamentável que até há poucos anos caíra sobre as suas obras, justifica que se não tenha focado este aspecto, quanto a nós, primordial.

Quando em 1937, ao comemorar-se o seu quarto Centenário, Agostinho de Campos empreendeu a tarefa de reunir um reduzido número de tais composições<sup>(75)</sup>, pôde então ver-se e apreciar-se devidamente a pulcritude da sua harpa davidica.

Poucos passos da obra vicentina atingirão a poética beleza da oração a Santo Agostinho, do «Auto da Alma», merecedor da fervorosa admiração de Mendes dos Remédios que, a propósito de uma outra delicadíssima composição de Gil Vicente, o ingénuo e formoso «Auto de Mofina Mendes», havia de escrever: «verdadeiro fresco pintado carinhosamente com a alma de um primitivo<sup>(76)</sup>.

É notável a contribuição vicentina para a poesia lírica religiosa. Soube dar vigor e colorido novo aos velhos autos, iluminando temas gastos com a graça do seu génio. E soube fazê-lo porque sentia dentro do peito aquela viva fé que foi sol dêsse período áureo do génio hispânico. Por isso nos derradeiros ciclos da gesta, ficam como coroas de glória o ardor e a alegria com que cantou as verdades eternas às quais foi fiel sem desalento, exaltando-as com singular beleza.

10

PORTUGAL E AS ESPANHAS



O seu conceito sôbre o *nacional* era comum também aos contemporâneos: via em Portugal a pátria, parte da Hispânia e equiparada a Castela, participante da empresa missionária, e aliada aos outros povos hispânicos nas lides da batalha pelo Senhor.

Que Portugal é parte de Espanha, é afirmação contida na primeira das obras de Gil Vicente, o *Monólogo do Vaqueiro*, que vê no nascimento do Príncipe D. João de Portugal a maior glória de Espanha<sup>(77)</sup>; Dona Catarina *repouso de Portugal*, é princesa espanhola<sup>(78)</sup>; e no «Auto da Festa», a *verdade* declara-o por forma terminante<sup>(79)</sup>.

Também Castela era uma parte de Espanha, longe ainda de se confundir com a própria Espanha como hoje acontece.

Rubena, natural da terra castelhana de Campos<sup>(80)</sup>, dá à luz uma filha, que é a mais linda de Espanha<sup>(81)</sup>; de Castela vai ser princesa a infanta D. Maria de Portugal<sup>(82)</sup>; A *Serra da Estrêla* pergunta em certo momento a Jorge

e a Lopo, na *Tragi-comédia pastoril* do mesmo nome, se são de Castela ou se são de Espanha<sup>(83)</sup>; na farsa chamada «Auto da Índia», a moça que desempenha a principal personagem dispõe-se a atrair o marido, embarcado para a Índia, com um castelhano que se não intitula espanhol<sup>(84)</sup>; em «O Clérigo da Beira», o Conde de Penela passa por ser o homem mais enamorado de Portugal e de Castela<sup>(85)</sup>; e finalmente no «Auto da Fama», nota-se a oposição do português ao castelhano, mas não ao espanhol de cujo grémio fazia parte<sup>(86)</sup>.

Castela e Portugal são partes de Espanha. Na «Frágoa de Amor», o peregrino descreve um castelo ornado das tórreres da liberalidade, sabedoria, generosidade, *genelasia* e bondade, castelo que representa a Rainha D. Catarina de Portugal e princesa de Castela, que por ambos êstes títulos merece o nome de «Flôr das Espanhas»<sup>(87)</sup>; e ao festejar no «Templo de Apolo» a partida da Infanta D. Isabel para Castela como noiva de Carlos V, casamento celebrado em Sevilha a 11 de Março de 1526, o templo que dá o nome à obra, declara que tal acontecimento é glória «de todas nuevas Españas»<sup>(88)</sup>, por ser glória conjunta de Castela e de Portugal<sup>(89)</sup>. E é curiosíssima, na obra de que estamos tratando, a cantiga entoada pelos romeiros, porque nos dá um autêntico catálogo dos reinos que constituíam o mundo hispânico, segundo o conceito vicentino<sup>(90)</sup>. Relação cheia de interesse e confirmadora de como o criador do teatro português tinha um sentido total da vida, hoje infelizmente perdido por completo.

11

O PORTUGUESISMO  
DE GIL VICENTE

**P**ARALELAMENTE com êste sentido capital da obra vicentina que acabamos de definir, palpita na obra de Gil Vicente uma paixão extreme por Portugal, harmónica sempre com aquella superior comprehensão da Espanha-madre, a que nos temos vindo a referir. Fenómeno curioso mas comum naquella época e que é a melhor refutação de tóda a espécie de malévolas suspeitas.

Portugal é um reino gloriosíssimo favorecido por Deus até ao ponto de lhe haver sido concedida a equiparação ao povo romano, ao lendário Império de Roma, cujas grandezas se perdem nas sombras do mundo antigo<sup>(91)</sup>; o seu rei é o senhor marítimo do orbe<sup>(92)</sup>, cujo poder chega «até o polo segundo»<sup>(93)</sup>, terror de muçulmanos e protegido do Céu<sup>(94)</sup>.

Portugal é o reino predestinado pelo Altíssimo para as mais altas emprêsas, mimoseado com o senhorio das terras do sol e favorecido com a posse dos paraísos terreaes do Oriente<sup>(95)</sup>; ali existe a maior ordem e harmonia em tudo e

esta virtude é propria da sua qualidade de portugueses <sup>(96)</sup>.

Estas referências que respigamos ao acaso de diferentes passos da obra vicentina, dizem, parece-nos, o bastante para ajuizarmos de como o Poeta se comprazia na exaltação da sua pátria.

Mas sôbre tôdas as citações que fizéssemos, culmina o «Auto da Fama», cujo objectivo é pôr em relêvo a grandeza do grande — pequeno reino atlântico <sup>(97)</sup>.

A *fama* é uma donzela lusitana, desejada pelas demais nações do planeta, mas que pertence a Portugal com tôda a justiça como prêmio do preponderante papel dos portugueses na luta contra os infiéis.

Canto apaixonado à terra em que nasceu, mas que o não afasta do conceito, já por nós pôsto em relêvo, da inclusão de Portugal no mundo hispânico.

12

UM PREDECESSOR  
DE SARDINHA

A directriz do pensamento político de Gil Vicente é a idéia da diarquia peninsular, muito semelhante àquela que António Sardinha modernamente defendeu. Também para Gil Vicente, como depois para Sardinha, foi a sabedoria da providência divina que determinou a dualidade peninsular<sup>(98)</sup>, dualidade que era unidade no que respeita ao serviço da grande missão católica dos povos peninsulares na História. É no já referido «Auto da Fama» que surge mais inequivocamente êsse sentido de superior unidade, talvez por ter sido deliberadamente dedicado a cantar as grandezas de Portugal.

A *fama*, donzela lusitana, esclarece que os merecimentos do povo vizinho, ganhos ao defender a Espanha dos ataques de «Marrocos», justificam a nacionalidade que ela escolheu<sup>(99)</sup>, e o castelhano é o primeiro a elogiar êsses merecimentos<sup>(100)</sup> e a desejar a continuação de tais triunfos que não inveja, segundo a sua própria declaração, porque são mais do que vitórias

exclusivamente portuguesas, são vitórias de toda a Espanha, triunfos de um povo hispânico em defesa da cristandade<sup>(101)</sup>.

Conhecemos um único passo da obra de Gil Vicente que parece indicar ódio a Castela: é a culpa que lhe lança, no «Auto da Festa», por todo o mal que em Portugal existe<sup>(102)</sup>. Mas este trecho está em tal contradição com o resto da sua obra, trata-se de um fragmento tão curto e, ousamos até dizer, tão duvidoso na autoria que lhe é atribuída, que em nada pode escurecer a luminosa claridade das suas idéias límpidas como o seu riso e ardorosas como a sua fé.

13

CASTELHANISMO LITERÁRIO

**F**ORMALMENTE se verifica que continua predominante a tradição da corrente literária castelhana em terras portuguesas, que Damaso Alonso, com notável agudeza crítica, distingue da literatura castelhana de Castela (103).

Também é notório que se mantém a tradição trovadoresca da centúria anterior, notando-se o emprêgo alternado de rimas castelhanas com versos portugueses.

No teatro e na poesia lírica verifica-se o emprêgo das duas línguas peninsulares como nacionais, em castelhano, desde o princípio ao fim, está escrito o *Sermão* de 1506 a que tantas vezes aludimos já (104), como em castelhano foram escritas aquelas trovas que Gil Vicente dedicou a Felipe Guillén, médico do Pôrto de Santa Maria, que um dia apareceu na côrte portuguesa, possuidor de uma série de artefactos maravilhosos, aparelhos de singular valor e raridade, com os quais logrou enganar os melhores matemáticos portugueses, sem excluir dêsse número

aquêlê Francisco de Mel'o, a quem Gil Vicente faria render elogios no «Auto da Feira» pelo próprio deus Mercúrio <sup>(105)</sup>. Mas como não há bem que sempre dure, Simão Fernandes conseguiu descobrir o logro de Guillén, que foi prêso por ordem do rei em Aldeia Galega, quando, a *unhas de cavalo*, procurava safar-se de Portugal, tendo-lhe sido então confiscados os cem mil maravedis e as demais mercês que lhe haviam sido outorgadas pelo monarca português <sup>(106)</sup>.

Para termos uma idéia do conhecimento que Gil Vicente tinha da língua castelhana, basta ler a sua obra. Recordem-se os passos em que insiste na maneira de empregar êste idioma <sup>(107)</sup> e ainda aquelas formosas quintilhas em que um frade conta, na farsa chamada «Auto dos Frades», os seus pecados amorosos <sup>(108)</sup>. Na sua obra consegue Gil Vicente dar-nos uma visão não só do panorama português, mas também do panorama castelhano, retratando tipos peculiares, reproduzindo cantares transmitidos pela tradição popular, aos quais conserva muitas vezes a língua de sua origem: o castelhano.

É natural que mesmo em Portugal êles fôssem conhecidos assim nas classes populares, em consequência da crescente hegemonia da língua castelhana <sup>(109)</sup>.

Esta excepcional faculdade de Gil Vicente, dá-lhe possibilidade de recolher e reproduzir com realidade flagrante os usos e costumes do povo. Por isso parece-nos errada a observação de Mendes dos Remédios sôbre a linguagem da «Farsa das Ciganas», que êste autor supõe ser o *falar dos ciganos* <sup>(110)</sup>, quando na realidade tal linguagem é o castelhano nas suas formas dia-

lectais andaluzas, fácilmente reconhecíveis pela transposição do *s* e do *z*, característica da terra sevilhana. Prova desta afirmação têmola no «Auto da Festa» — que convém citar com tãda a reserva — em que duas ciganas do mesmo porte das que aparecem na «Farsa» se exprimem em correcto castelhano, excepção feita à transposição de letras que acima referimos <sup>(111)</sup>.

O que não quiere dizer que Gil Vicente tenha relegado o castelhano a língua de criaturas de baixa condição ou vagabundos; antes pelo contrário se serve amiúde de tal idioma como meio de expressão dos próprios deuses <sup>(112)</sup>.

Por outro lado — e isto é o que mais nos interessa — o castelhano foi nas suas mãos factor de unidade e veículo da aliança dos dois grandes povos peninsulares. Os mais fervorosos elogios que Portugal <sup>(113)</sup> e as suas paisagens <sup>(114)</sup> receberam de Gil Vicente, estão escritos na língua castelhana, língua madre de tãdas as línguas hispãnicas e certamente a mais apta para cantar a grandeza e as belezas da pátria irmã do ocidente.

Estava tãdo arreigada em Gil Vicente a idéia central da unidade com fins de missão, que parece querer insistir nela a cada momento ao fazer do castelhano um instrumento magnífico para glorificar as façanhas portuguesas.

14

A CRISTANDADE  
MISSIONÁRIA



ESSA idéia de missão deve considerar-se a trave mestra da architectura espiritual de Gil Vicente. O Poeta, em unissono com o pensamento seu contemporâneo, está dentro da linha do hispanismo e os seus conceitos oferecem hoje para todos os povos espanhóis a graça da verdadeira tradição.

No entanto houve quem negasse a Gil Vicente este alto sentido missionário. Partindo de pontos de vista distintos, Oscar de Pratt e o almirante Gago Coutinho, denunciaram no Poeta o desprezo pelas coisas do mar que conhecia apenas através dos pescadores da ribeira de Lisboa<sup>(115)</sup> e ainda o seu limitado carácter de pintor de costumes do interior da terra, alheado do fulgor da epopeia marítima<sup>(116)</sup>, indiferente à agitação dos descobrimentos e conquistas e até amesquinhador dos heróis ultramarinos naquela figura que criou do soldado que parte para a Índia, mixto de navegador e de pirata, de guerrilheiro e de herói<sup>(117)</sup>.

A posição oposta a esta, vê em Gil Vicente

o cantor da *missão nacional* (118), entendendo por tal uma missão especificamente portuguesa. Defende esta tese Mendes dos Remédios, para quem Gil Vicente sonhava com um Portugal imperial protegido de Deus (119), espécie de povo eleito desde os mais recuados tempos.

A nossa opinião afasta-se de ambas as referidas teses. Gil Vicente está, desde o primeiro momento, dentro do espírito de cruzada, mas não de uma cruzada exclusivamente lusa.

O seu sentido de cruzada é hispânico, é total. Basta demonstrar a existência na sua obra da idéia de missão e relacioná-la depois com a noção do todo espanhol que apontámos nos capítulos 10 e 12.

Parece-nos falha de base séria e filha de preconceitos condenáveis, a limitação dos vãos do espírito de Gil Vicente a uma lusitanidade que para o Poeta fazia parte integrante da grande tarefa universal da Contra-Reforma.

Para a inteligência e para o coração de Gil Vicente, o grupo dos povos hispânicos, ainda que separados politicamente, tinha uma tarefa comum a desempenhar ao serviço da fé católica e das verdades espirituais.

O trecho do «Auto da Fama» em que Mendes dos Remédios quis ver um hino soberbo a Portugal isolado, constitui, quanto a nós, na realidade, um acento de nobilíssima emulação no quadro geral da empresa política que servia intuítos da mais alta transcendência religiosa. Basta para chegar a esta conclusão ler a parte final desse mesmo *Auto*. Aí se verifica, como o próprio Mendes dos Remédios confessa, que estamos perante um hino patriótico de tal ampli-

tude que excede os naturais limites do território e dos lares <sup>(120)</sup>.

É por demais indiscutível que Gil Vicente tinha a perfeita consciência da missão católica. Ele próprio nos afirma que o melhor caminho para chegar ao porto da salvação eterna é a cruzada em que se agrupavam os povos entregues à grande tarefa da Contra-Reforma e da luta contra o Infiel.

O Poeta chega a dar a esta posição fundamentos teológicos, projectando no mundo religioso a sua constante preocupação política. No «Auto da Barca do Inferno» há uma cena que mostra êste salto do humano para o divino. Vão dar entrada na barca o frade com sua manceba, a alcoviteira, o corregedor, o judeu, o procurador, o sapateiro e outros, mas ali não embarcam os quatro fidalgos que morreram em África na defesa da fé de Cristo. O diálogo é impressionante. Ao vê-los passar em busca da barca da Glória <sup>(121)</sup>, o diabo convida-os a entrar na barca de que é timoneiro, provocando por parte dos cavaleiros uma indignada reacção e a intervenção do anjo que recolhe as suas almas, naquella encruzilhada histórica:

«Ó cavalleiros de Deos,  
a vós estou esperando;  
que morrestes pelejando  
por Cristo, Senhor dos ceos.  
Sois livres de todo o mal,  
sanctos por certo sem falha;  
que quem morre em tal batalha  
merece paz eternal» <sup>(122)</sup>.

Aqui temos a chave para interpretar o seu pensamento político, comandado pela unidade firme da fé e da glória de servi-la. A fusão

dos dois aspectos, o medieval e o renascentista, num temperamento tão prodigiosamente disposto a captar os imponderáveis e as realidades que o cercavam, produziu uma obra de suprema beleza e perfeição.

Gil Vicente está na mesma posição em que encontramos Camões, Rezende e todos os portugueses dessa época, guardas vigilantes dos mais altos valores da vida e do espírito.

Por isso êle reúne, na síntese genial só lograda pelos nossos antepassados, o medievismo e o renascentismo, ehegando a confundir-se por tal forma com a alma colectiva da nação, que ainda nas últimas décadas do século xvii se representavam, compreendiam e sentiam como verdadeiramente sacros alguns dos seus autos, por ocasião das solenidades de Corpus-Cristi<sup>(123)</sup>.

15

AS CLASSES SOCIAIS

**A**O considerar os quadros sociais da sua época, Gil Vicente reproduz os cambiantes políticos oferecidos pela própria realidade. E neste aspecto também se faz eco das aspirações, crenças e sentimentos populares.

Exemplo da nossa afirmação é a maneira como o Poeta encara o problema do judaísmo, autêntico pesadelo dos povos peninsulares nos dias longínquos da baixa Idade-Média. Gil Vicente, intérprete do sentimento popular, fustiga os judeus com extraordinária dureza (124), e por isso resulta falsa a tese de Teófilo Braga, quando pretende provar, com ôcas palavras e tendenciosos juízos, que Gil Vicente era um justificador e defensor dos capitalistas israelitas (125).

16

TEORIAS POLÍTICAS

**R**ESTA-NOS finalmente concretizar as suas contribuições para a ciência política que podem reduzir-se aos dois conceitos: a nação e o monarca.

Quanto à primeira, devem notar-se as ocasiões em que usa tal vocábulo, contradizendo-se tantas vezes ao empregá-lo entre os dois opostos significados de grupo<sup>(126)</sup> e de naturalidade<sup>(127)</sup>. Dentro da confusão de terminologia que caracteriza as acepções políticas desta palavra, não deixa de ser interessante esta mistura de significados se considerarmos que a linguagem vicentina reflecte como poucas linguagens literárias, o léxico popular.

No que respeita à idéia de monarca, havemos de notar especialmente o seu conceito do príncipe como homem que à herança dinástica junta o brilho das próprias façanhas.

Assim se opera uma aplicação da tendência vicentina ao Direito Político, tendência que considera a fama como mérito supremo e isto tanto nos indivíduos<sup>(128)</sup> como nos povos<sup>(129)</sup>,

concluindo numa concepção do rei manifestamente concorde com as premissas estabelecidas pela época, na nossa terra.

Rei é aquêle que alia aos direitos da herança o mérito individual, perdendo essa qualidade se lhe faltar uma destas condições, segundo a advertência do próprio Gil Vicente<sup>(130)</sup>.

Tal como foi estabelecido por todos os nossos outros clássicos<sup>(131)</sup>, é necessária a dualidade de condições acima referida para bem merecer o grau hierárquico supremo, o mando.

17

CONCLUSÃO

TAL é o perfil de Gil Vicente através da sua obra que desfila perante a nossa vista, quiçá deslumbrada pelas tonalidades de côr e de sombra que iluminam as graciosas figuras criadas pelo seu génio, tão reais e vivas como se estivessem ainda hoje dentro dos quadros da vida cotidiana.

Ficou demonstrado que sempre se manteve totalmente afastado das bandeiras da Reforma, sendo fiel aos estandartes sob os quais se batiam os soldados da Fé. Poucos como Gil Vicente definirão com tão elevado ardor as glórias dos cavaleiros que morreram nas batalhas em defesa da Cristandade e cuja salvação, na obra do Poeta, não oferece dúvidas.

Poeta cortesão, criador de figuras que se movimentam e falam com gestos e frases directamente recolhidas do real, guardou os mais altos acordes da sua lira para cantar a solidariedade peninsular ao serviço da Missão. Bem sabia êle que cantar Portugal era cantar uma parte da *magna Hispania*, e por essa razão o «Auto da

Fama» tem acentos de legítima emulação e o castelhano é a língua mais adequada para exaltar as proezas lusitanas.

A respeito da religião e do universo, os dois polos da vida do espírito e da vida física, o seu pensamento e a tradução verbal dêsse mesmo pensamento é comum ao da melhor tradição que ainda guardamos. A sua noção de rei, como uma síntese de herança e de virtudes próprias, é simultâneamente a mais consentânea com a tendência do bem comum e a mais expressiva do ideal católico do homem que há-de salvar-se pelas próprias obras.

Na temática dos conceitos vicentinos, sem excepção, brilha, através da forma renascentista, o espírito medieval.

Sendo como foi homem de um período de transição, logrou com felicidade rara colocar os pilares da ponte que como nenhuma outra serviu ao intento de permitir a ligação entre as duas margens de um rio: a Idade-Média e aquela que se lhe segue, por ela, passando de uma a outra margem sem manchar no caminho a sua obra com o lodo luterano, nem contaminá-la com os miasmas da heresia, guiou-se sempre pela verdade das verdades que é luz e guia eterna da humanidade. Porque se entregou totalmente a esta ingente tarefa e a sentiu como poucos, a sua figura alegre e palaciana é um vivo e belo florão do pensamento político português.

## NOTAS

(<sup>1</sup>) A melhor das biografias de Gil Vicente continua ainda a ser a da autoria de Anselmo Braamcamp Freire: «Vida e Obras de Gil Vicente, trovador, mestre da balança». Pôrto, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 1919 — 518 páginas.

(<sup>2</sup>) Afirma-o Teixeira Botelho na página 202 da conferência pronunciada a 24 de Abril de 1937 sobre o tema «A influência estrangeira, especialmente a castelhana e a francesa, na obra de Gil Vicente». Em «Gil Vicente — Vida e obra», publicação da Academia das Ciências de Lisboa, 1939 — 551 páginas.

(<sup>3</sup>) A. Eduard Beau: «Gil Vicente. O aspecto *medieval* e *renascentista* de sua obra. Ensaio de interpretação». Separatas do «Boletim de Filologia», t. III, p. p. 358-380; IV, 93-114 e V, 257-275. Cit. na pág. 365.

(<sup>4</sup>) Egas Moniz: «Os médicos no teatro Vicentino». Em «Gil Vicente. Vida e obra», p. p. 49-50.

(<sup>5</sup>) Teófilo Braga: «História do teatro português. Vida de Gil Vicente e sua escola. Século XVI». Pôrto, Imprensa Portuguesa, 1880, VIII, 527 páginas. Citações nas p. p. 170 e seguintes.

(<sup>6</sup>) T. Braga: «Gil Vicente», cit. pág. 169.

(<sup>7</sup>) A. E. Beau: «Gil Vicente med. e ren.», p. p. 369-370.

(<sup>8</sup>) Dámaso Alonso: «Problemas del Castellano Vicentino». Na sua edição da «Tragicomédia de D. Duardos», t. I, p. 153. Madrid, 1942.

(<sup>9</sup>) Dámaso Alonso: *idem*.

(<sup>10</sup>) «Obras de Gil Vicente, correctas e emendadas pelo cuidado e diligencia de J. V. Barreto Feio e J. G. Monteiro». Hamburgo, na Oficina Tipográfica de Langhoff, 1834. 3 Tomos. Cit. t. II, p. p. 4-67.

- (11) t. II, p. p. 305-308.  
 (12) t. III, p. p. 124-125.  
 (13) t. III, p. 300.  
 (14) t. III, p. p. 300-324.  
 (15)

«Estes dizem juntamente  
 nos livros aqui allegados:  
 se filhos haver não podes,  
 nem filhas por teus pecados,  
 cria desses engeitados  
 filhos de clérigos pobres.»

(t. I, pág. 102)

- (16) t. I, p. 233.  
 (17) t. I, p. p. 228-229.  
 (18) «Gil Vicente — Auto da Festa. Obra desconhecida com uma explicação prévia pelo Conde de Sabugosa, sócio efectivo da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa, Imprensa Nacional, 1906 — 129 p. p. fac. do autor em fol. sem numeração. Cit. nas págs. 122-123.  
 (19) «Auto da Festa», p. 98.  
 (20) Luís da Cunha Gonçalves: «Gil Vicente e os homens do fóro». Conferência lida no dia 1 de Maio de 1937. Em «Gil Vicente. Vida e Obra», p. p. 205-255. Cit. na pág. 219.  
 (21) A. E. Beau: «G. V. med. e ren.», p. 374.  
 (22) Marcelino Menéndez y Pelayo: «História de los heterodoxos españoles», 2.<sup>a</sup> edição, t. IV, p. 165. Madrid. Suárez, 1928.  
 (23) J. V. Barreto Feio e J. G. Monteiro: «Ensaio sobre a vida e escritos de Gil Vicente». Em «Obras», t. I, p. p. X-XLI. Cit. na pág. xxxii.  
 (24) Donaciano de Abreu Freire: «A comunidade dos frades e clérigos vicentinos (Tentativa de exegese literária). Em «Brotéria», vol. XXV, p. p. 134-160; 1937. Cit. na pág. 160.  
 (25) A mesma tendência revela o demagogo Visconde de Ouguela no seu «Gil Vicente», Lisboa, Livraria A. Férrin, S. A. — 304 págs. Livro absurdo e desprovido de qualquer autoridade.  
 (26) Na pág. 83, chama a Gil Vicente, «implacável inimigo» da Inquisição.  
 (27) T. Braga, op. cit., pág. 186.  
 (28) T. Braga, idem.  
 (29) T. Braga, op. cit., pág. 187.  
 (30) T. Braga, op. cit., pág. 189.  
 (31) Veja-se Júlio Dantas: «Gil Vicente e a Reforma». Conferência pronunciada a 3 de Junho de 1937 e publicada

em G. V. Vida e Obra», p. p. 383-409 — Especialmente a p. p. 406 e 407.

(32) t. I, p. p. 156-157.

(33) t. I, p. 157.

(34) t. I, p. p. 157-158.

(35) t. I, p. p. 160-161.

(36) t. I, p. p. 165-166.

(37) Pode julgar-se pelo diálogo entre o Diabo e o Papa:

«Papa : ¿Sabes tu que soy sagrado  
Vicario en el santo templo ?  
Diablo: Cuanto de más alto estado  
tanto más és obligado  
dar a todos buen exemplo,  
y ser llano  
a todos manso y humano.  
Cuanto más ser de corona  
antes muerto que tirano,  
antes pobre que mundano,  
como fué vuestra persona.  
Injuria os desconsagró,  
soberbiu os hizo daño ;  
y lo más que os condenó  
simonia com engaño.  
Venid, embarcar.  
¿Veis aquellos azotar  
con vergas de hierro ardiendo,  
y después atarazar ? (sic.).  
Pues alli habeis de andar  
para siempre padeciendo».

(T. I, p. p. 300-301).

(38) T. Braga, op. cit., pág. 202.

(39) T. Braga, op. cit., pág. 21.

Como é sabido, pelo que respeita a Damião de Goes, contra a vacuidade das declamações carbonárias proferidas por A. P. Lopes de Mendonça no seu livro sem qualquer valor documental «Damião de Goes e a Inquisição de Portugal. Estudo biográfico». Lisboa, na Tipografia da Academia Real das Ciências, 1859, 159 págs., declamações que T. Braga parece subscrever. Os estudos de Sousa Viterbo («Damião de Goes e D. António Pinheiro», em «O Instituto», vol. XLIII, 1895, p. p. 431-459) e Guilherme J. C. Henriques («Inéditos goesianos coligidos e anotados», Lisboa, Vicente da Silva, 2 vol., 1896 e 1898) vieram provar que no caso de Damião de Goes se trata de uma perseguição por questões de natureza familiar e não porque o famoso humanista tivesse de ser acusado, em qualquer momento da sua vida, de hereje.

(40) Sobre esta interpretação veja-se Gaspar d'Abreu: «Gil Vicente. A independência de seu espírito», em *Revista de Guimarães*, vol. xix, 1902, p. p. 84-96, especialmente na pág. 90; e ainda José de Sousa Machado: «O Poeta do Neiva». Notícias biográficas e genealógicas recolhidas e compostas por... Braga, Livraria Cruz, 1928 — 382 págs. p. p. 66-67.

(41) t. I, p. p. 29-30.

(42) Marcelino Menéndez y Pelayo: op. cit. t. cit., p. p. 163 e seg.

(43) T. Braga. op. cit., pág. 2.

(44) T. Braga, op. cit., pág. 3.

(45) T. Braga, op. cit., pág. 26.

(46) T. Braga, op. cit., pág. 186.

(47) T. Braga, idem.

(48) Mendes dos Remédios: «O sentimento religioso, o sentimento patriótico e o espírito de raça nos autos de Gil Vicente». Coimbra. Coimbra Editora, 1923, 143 págs. Cit. a pág. 12.

(49) Domingos Maurício: «Actualidade Vicentina», em *Brotéria*, vol. xviii, I 34, p. p. 197-200, em réplica à afirmação de Marques Braga.

(50) D. de Abreu Freire: op. cit., pág. 159.

(51) Julio Dantas: «Discurso proferido na noite de 8 de Abril de 1937, na sessão solene inaugural do IV Centenário da morte de Gil Vicente», em «Gil Vicente. Vida e Obra», pág. 29-39 Cit. a págs. 38-39.

(52) A. E. Beau: «G. V. med. e ren.» pág. 378.

(53) No folhetim do diário «O Comércio do Pôrto», de 18 de Dezembro de 1936.

(54) Marcelino Menéndez y Pelayo: «Antologia» cit., t. VII p. CLXV.

(55) João da Anunciada: «Gil Vicente», na *Revista Lusitana*, t. VI, 1900-1901, págs. 59-62, transcrevendo um excerto da «História da literatura poética portuguesa» que o autor, falecido em 1847, deixou manuscrita na Biblioteca de Évora. No *Manuscrito*, seg. época, II, págs. 207-217, Cit. na pág. 62.

(56) Carolina Michaëlis de Vasconcelos: «Notas Vicentinas. Preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente». Coimbra, Imprensa da Universidade. IV — «Cultura intelectual e nobreza literária», 1922. 439 págs. Cit. na pág. 89.

(57) Carolina Michaëlis: «Nota Vicentina», IV, pág. 90.

(58) Carolina Michaëlis: «Nota Vicentina», IV, págs. 89-90.

(<sup>59</sup>) Carolina Michaëlis: «Nota Vicentina», IV, págs. 205-206.

(<sup>60</sup>) Alfredo Jeanroy: «Les origines de la poésie lyrique au Moyen-Age. Études de littérature française et comparée», 2<sup>me</sup> édition. Paris, Champion, 1904 — xxxi 536 págs.

Afirma inclusivamente que Gil Vicente se inspirou mais na literatura francesa do que nas fontes populares para compor os seus vilancicos (pág. 330).

(<sup>61</sup>) Carolina Michaëlis: «Nota Vicentina», IV, pág. 371.

(<sup>62</sup>) Sousa Viterbo: «Gil Vicente. Dois traços para a sua biografia», em *Arquivo Histórico Português*, vol I., 1903, págs. 219 228, inclina-se a aceitar que a comédia representada em Bruxelas em 1532 foi o «Auto da Feira», ou a «Barca do Inferno» e isto apesar da afirmação de André de Rezende, que diz tratar-se da peça representada na corte. Em tal caso teria de admitir-se que a comédia em questão era o «Auto da Lusitânia», mas nesta obra não existem alusões à Igreja o que se verifica nas que acima citámos (págs. 226-227).

Na primeira das «Notas Vicentinas», intitulada «Gil Vicente em Bruxelas ou o Jubileu de amor», 1912, 100 págs., D. Carolina Michaëlis sustentou a tese defendida no texto, baseando-se numa carta do legado Alexandre, com data de 26 de Dezembro de 1531, de que dá cópia a págs. 20-22.

(<sup>63</sup>) Negam o erasmismo de Gil Vicente: Luís da Cunha Gonçalves (op. cit., págs. 217-219) e João R. Mendes («Do erasmismo de Gil Vicente») em *Brotéria*, vol. XXIII, 1936, págs. 303-319.

(<sup>64</sup>)

«Pues aunque (*sic.*) fueses criado del Papa, que es gran señor, y no del Imperador, en este templo sagrado no entrarás, labrador».

t. II, pág. 389.

(<sup>65</sup>) A. E. Beau: «G. V. med. e ren.», pág. 372.

(<sup>66</sup>) A. E. Beau: «G. V. med. e ren.», págs. 372-373. No mesmo sentido — Paulo Quintela «As Barcas de Gil Vicente», separata da «Revista da Faculdade de Letras» Lisboa, 1943, págs. 29-30.

(<sup>67</sup>) No seu «Geschichte des neuren Dramas», vol III, 2.<sup>a</sup> edição, Halle, 1923, pág. 102, crê que o movia o intento de adular a nobreza ao conceder-lhe a salvação da alma.

(68) Apoiando-se também na *Trilogia das Três Barcas*. Feliciano Ramos: «A crítica social e a natureza no teatro de Gil Vicente», em *Labor. Revista do Ensino Liceal*, ano XII, n.º 84, Aveiro, Outubro de 1937, págs. 19-29. Especialmente na pág. 20.

(69) «No IV Centenário de Gil Vicente. Um que amou o povo e por amor dêle desceu à rua», em *O Diabo*, n.º 89, de 8 de Março de 1936.

(70) Julio Dantas: *Discurso* de 8 de Abril de 1937, pág. 35.

(71) Mendes dos Remédios: op. cit., pág. 134.

(72) Berta Luisa da Fonseca: «O sentimento nacional através da obra de Gil Vicente». — Pôrto, Tipografia Gonçalves, 1921 — 7 págs.. Conferência sem indicação da data e do local em que foi pronunciada.

Em sentido idêntico se pronunciam: Barreto Feio e J. G. Monteiro — *Ensaio* cit., pág. xxxi, e A. F. G. Bell: «A literatura Portuguesa», pág. 164.

(73) Entendemos dever corrigir Júlio Dantas, sublinhando o portuguesismo fechado de Gil Vicente (*Discurso* 8 de Abril de 1937, pág. 39).

(74) t. I, pág. 75.

(75) «Gil Vicente. Antologia religiosa, colhida entre as suas *obras de devoção*», por Agostinho de Campos. Gráfica de Coimbra. Coimbra, 1937. 39 págs.

(76) Mendes dos Remédios: op. cit., pág. 37.

(77) t. I, pág. 3.

(78) t. II, pág. 422.

(79)

«Que eu tenho corrido grão parte de Espanha principalmente neste Portugal».

Auto da Festa, pág. 98.

(80) t. II, pág. 5.

(81) «Parió una hija, mas linda de España», t. II, pág. 20.

(82) «Tragicomédia pastoril da Serra da Estrêla», t. II, pág. 420.

(83) t. II, pág. 443.

(84) t. III, págs. 24-42.

(85) t. III, pág. 255.

(86) É o argumento do *Auto da Fama*, t. III, págs. 43-62.

(87) t. II, pág. 325.

(88) t. II, pág. 392.

(89) t. II, pág. 386.

(90) t. II, págs. 392-393.

(<sup>91</sup>) Nas *Côrtes de Jupiter* — t. II, págs. 395-419 — o planeta Marte, diz:

«E mais eu tenho cuidado  
dêste reino lusitano;  
Deos me tem dito e mandado  
que lho tenha bem guardado  
porque o quere fazer humano».

pág. 414.

(<sup>92</sup>) Nas mesmas *Côrtes de Jupiter*, Marte chama ao soberano português: «Senhor do mar Oceano», idem.

(<sup>93</sup>) Na *Exortação da Guerra* — t. II, págs. 349-369 — *Pantasilea*, exclama:

«Oh, famoso Portugal,  
conhece teu bem profundo  
pois até o polo segundo  
chega o teu poder real».

pág. 363.

(<sup>94</sup>) t. II, pág. 363.

(<sup>95</sup>) No *Triunfo do Inverno* — t. II, págs. 446-494 — as sacerdas cantam um rimance que reza assim:

«Recuérdate, Portugal,  
cuánto Dios te tiene honrado:  
dióte las tierras del sol  
por comercio a tu mandado;  
los jardines de la tierra  
tienes bien señoreado;  
los pomares de Oriente  
te dan su fruto preciado;  
sus paraísos terrenales  
cerraste con tu condado».

pág. 479.

(<sup>96</sup>) Na *Comédia de Rubena*, quando Cismena pergunta a Felícia o que leva, esta responde:

«Um louvor  
de perlas e ouro tal  
para o nosso embaixador  
porque veja o imperador  
que as cousas de Portugal  
tôdas tem grande valor».

t. II, págs. 46-47.

(<sup>97</sup>) Demonstrando que a *fama* é portuguesa e não de qualquer outro povo.

(98) Nas *Côrtes de Jupiter*, justifica Aljubarrota dentro do espírito de solidariedade hispanica — págs. 414-415.

(99) t. III, pág. 59.

(100)

«El muy alto Dios sin par  
la quiera siempre ayudar».

t. III, págs. 60-61.

(101) Diz o castelhano :

«Por eso no porfié  
con ella, ni es razón  
porque sus victorias son  
muy lejos y por la fé».

(102) Na página 114 diz Janefenso, parvo, que :

«Todo bem e a verdade  
neste Portugal nasceram,  
e se ha y algúa ruindade,  
de Castella a trouxeram,  
que não são nego maldade».

A crítica mais recente, pela pena de Luciano Ribeiro: «Gil Vicente e o Auto da Festa», em *O Instituto*, vol. XC, 1936, págs. 193-229, nega que tal seja produção vicentina.

(103) Dámaso Alonso : op. cit., pág. 138.

(104) t. III, págs. 334-246.

(105) Até ao ponto de afirmar o deus que :

«E se Francisco de Mello  
que sabe sciência avondo  
diz que o ceo he redondo  
e o sol sobre amarello ;  
diz verdade : não lh'o escondo».

t. I, pág. 151.

(106) t. III, págs. 377-379.

(107) Por exemplo na *Floresta de Enganos*, t. II, pág. 171.

(108) t. III, págs. 101-103.

(109) Mendes dos Remédios : op. cit., pág. 107 — aponta até cem.

(110) Mendes dos Remédios : op. cit., pág. 123.

(111) As ciganas Graciana e Lucienda, a págs 102-107.

(112) No *Triunfo do Inverno*, t. II, pág. 449.

(113) Vid. o *Auto da Lusitânia*, fala de Venus, no t. III, pág. 292.

(114) Assim o elogio da serra de Sintra feito pelo Verão, no *Triunfo do Inverno*, t. II, págs. 482-483.

(115) Gago Coutinho: «Panorama marítimo das obras de Gil Vicente», em «G. V. Vida e Obra», págs. 91-122 — cit. na pág. 117.

(116) Oscar de Pratt: «Gil Vicente. Notas e comentários». Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1931, 288 págs. cit. nas págs. 11 e 265.

(117) Oscar de Pratt: op. cit. pág. 266.

(118) A. E. Beau: «G. V. med. e ren.», pág. 371.

(119) Mendes dos Remédios: op. cit. pág. 69.

(120) Mendes dos Remédios: op. cit., pág. 91.

(121) t. I, pág. 243.

(122) t. I, pág. 244.

(123) Conde de Sabugosa: «Explicação prévia ao *Auto da Festa*», pág. 20.

(124) Na *Exortação da Guerra*, o clérigo declama:

«Conjuro-te, Berzebu,  
pela ceguidade hebraica,  
e pela malícia judaica  
com a qual te alegras tu».

t. II, pág. 354

(125) T. Braga: op. cit., pág. 180.

(126) *Auto da Cananea*, t. I, pág. 377.

(127) *Comédia de Rubena*, t. II, pág. 5.

(128) No *Amadis de Gaula*, diz Gondalin, irmão de Amadis:

«El muestro cuerpo se encierra  
so la tierra,  
y la fama anda volando».

t. II, pág. 255.

(129) No *Auto da Fama* — «Tanto que alguns comentaristas lhe negam o carácter de farsa, preferindo chamar-lhe apologia» — Oscar de Pratt: op. cit., págs. 255-256.

(130) Na *Nau de Amores* diz o Príncipe de Normandia:

«que los príncipes floridos  
sin la virtuosa fama,  
para pouco sou nacidos».

(131) Francisco Elias de Tejada Spinola, t. II, pág. 300: «Monarquia y caudillaje. En torno a dos textos clásicos olvidados». Em *Revista de la Facultad de Derecho*, Madrid, n.ºs 6 e 7, 1941, págs. 69-88.

# ÍNDICE

	Página
Nota do Tradutor . . . . .	9
Carta Dedicatória . . . . .	15
1 — Nascimento do teatro português . . . . .	19
2 — Pensador e poeta . . . . .	23
3 — Homem de período de transição . . . . .	27
4 — A censura do clero . . . . .	33
5 — O suposto Luteranismo Vicentino . . . . .	51
6 — O chamado Erasmismo de Gil Vicente . . . . .	55
7 — O sub-solo filosófico do poeta . . . . .	61
8 — Sentido do Nacionalismo Vicentino . . . . .	67
9 — Gil Vicente; poeta religioso . . . . .	71
10 — Portugal e as Espanhas . . . . .	75
11 — O portuguesismo de Gil Vicente . . . . .	79
12 — Um predecessor de Sardinha . . . . .	83
13 — Castelhanismo literário . . . . .	87
14 — A cristandade Missionária . . . . .	93
15 — As classes sociais . . . . .	99
16 — Teorias Políticas . . . . .	103
17 — Conclusão . . . . .	107
Notas . . . . .	III

## JUSTIFICAÇÃO DA TIRAGEM

*Êste livro teve uma tiragem original de cento e vinte e cinco exemplares :*

*Cento e onze exemplares, no formato 16,5 × 23 em papel Vergè 34, destinados aos bibliófilos da «Pro Domo», numerados B. P. D. 1 a C X I.*

*Catorze exemplares, no formato 16,5 × 23 no mesmo papel, fora do mercado, e numerados de A a O.*

Composto e impresso na  
GRÁFICA SANTELMO  
R. S. Bernardo, 84—Tel. 64206  
—— LISBOA ——